



**ACÓRDÃO Nº218/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11741/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de São Paulo de Olivença
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Sr. Brodoloni Pedro Inacio Pinheiro
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICREA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8051/2022-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Paulo de Olivença. Exercício de 2021.

*Irregularidade. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Brodoloni Pedro Inacio Pinheiro**, responsável pela Câmara Municipal de São Paulo de Olivença, exercício 2021, nos termos do art. 22, inciso III, alínea "b" da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso II da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, em razão das impropriedades que serviram de pressuposto para aplicação de multa;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Brodoloni Pedro Inacio Pinheiro**, no valor de **R\$ 3.413,60**, nos termos do art. 54, inciso I, alínea "c" da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE", em razão do descumprimento do art. 54, inciso II c/c art. 63, inciso II, alínea "b", e art. 55, §2º da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c art. 32, inciso II, alínea "b" da Lei nº 2.423/1996 - envio e publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal (achados 16.1 e 16.2);

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº



**ACÓRDÃO Nº218/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Brodoloni Pedro Inacio Pinheiro, valor de R\$ 13.654,39**, nos termos do art. 54, inciso VI da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em razão das impropriedades constantes da Notificação nº 01/2022-CISPO/DICAMI/SECEX, que importaram no descumprimento:

**10.3.1.** do art. 9º, incisos I, II e III da LC nº 06/1991 - publicação dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial (Achado 02);

**10.3.2.** da Resolução CFC, nº 563/1983, itens 2.1.2, alínea “e” – apresentação de documentos que corroborem os valores informados e notas explicativas sobre conta do balanço patrimonial (achados 03 e 04);

**10.3.3.** dos artigos 31, 70 e 74 e incisos da Constituição Federal e art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal - Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Legislativo (achado 05);

**10.3.4.** do art. 48, §1º, incisos II e III e art. 48-A, Incisos I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal; art. 3º, incisos I, II, III, IV e V, art. 7º, inciso VI, art. 8º, caput, §1º, Inc. II e III, IV da Lei de Acesso à Informação; princípios constitucionais da publicidade e moralidade, prescritos no art. 37, caput, e 39, § 6º da Constituição Federal; e art. 3º, caput e § 3º da Lei nº 8.666/1993 - Portal da Transparência (achados 06, 07, 08, 09, 10, e 11);



**ACÓRDÃO Nº218/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.3.5.** do art. 40, inciso XIV, alíneas “a”, “b” e “c” da Lei nº 8.666/93 e Art. 4º, incisos I e V da Lei nº 10.520/2002 - prazo de pagamento não superior a trinta dias; cronograma de desembolso; critério de atualização financeira; e intervalo mínimo de 08 dias úteis entre a publicação do edital e a realização do certame (achado 14);

**10.3.6.** do art. 15 c/c art. 20, inciso II da Lei Complementar nº 06/1991 (com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000) e Resolução TCE nº 13/2015 e art. 32, incisos II, alíneas “b”, “e” e “f” da Lei nº 2.423/1996 - registro das licitações, dispensas e inexigibilidades no Sistema E-Contas;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Dar ciência ao Sr. Brodoloni Pedro Inacio Pinheiro, acerca do julgado.**

**11- Ata:** 3ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 14 de Fevereiro de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº218/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire  
Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição

Este documento foi assinado digitalmente por ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES em 17/02/2023.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 5B7D6363-1A042BD7-DB675496-238C6DD0